

caderno de

# QUESTÕES?



- Questões da banca CESPE/CEBRASPE, selecionadas de acordo com os assuntos mais cobrados nos anos de 2021 a 2026 em provas de nível médio e superior.
- Conteúdo organizado por disciplinas.

# 1.000

## QUESTÕES DE PROVAS

# Cebraspe

| Língua Portuguesa  
Matemática, Estatística e RLM  
Informática  
Direito Constitucional  
Direitos Humanos  
Direito Administrativo  
Direito Penal

| Direito Processual Penal  
Direito Civil  
Direito Processual Civil  
Lei de Licitações  
Administração Geral e Pública  
Administração Financeira e  
Orçamentária  
Redação Oficial

**1.000**

**QUESTÕES DE PROVAS**

**Cebraspe**

# APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo que você revisa a teoria estudada, você pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1000 questões gabaritadas da banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE, trazendo as mais recentes questões organizadas segundo as disciplinas e temas de maior incidência em concursos diversos para nível médio e superior.

Separado em disciplinas de acordo com os assuntos mais cobrados, nos anos de 2022 a 2025 para que você conheça os pontos principais e a forma de abordagem da banca.

Neste material, você encontra ainda o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



# AVISO IMPORTANTE

## ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

### POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

### GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

**QUERO MATERIAL COMPLETO!**

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	17
→ ACENTUAÇÃO.....	17
→ FONÉTICA (FONEMAS, DÍGRAFOS, ENCONTROS CONSONANTAIOS, VOCÁLICOS). SEPARAÇÃO SILÁBICA.....	19
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	19
→ ADJETIVO .....	20
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	21
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRONOMES .....	24
→ ADVÉRBIO .....	25
→ PREPOSIÇÃO .....	25
→ CONJUNÇÃO .....	27
→ QUESTÕES VARIADAS DE CLASSE DE PALAVRAS.....	30
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL .....	31
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS .....	32
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO .....	35
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	36
→ SUJEITO .....	38
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	39
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO .....	39
→ ADJUNTO ADNOMINAL X COMPLEMENTO NOMINAL.....	40
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS .....	41
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS .....	42
→ ORAÇÕES REDUZIDAS .....	42
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	43
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	46
→ CRASE .....	47
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	50
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC) .....	53
→ FIGURAS DE LINGUAGEM .....	57
→ ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO E FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	57
→ PARTÍCULA "SE" .....	58

→ VOCÁBULO “QUE” .....	59
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO) .....	60
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	67
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	71
→ GABARITO 	74

## MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RLM .....77

→ ESTATÍSTICA - TIPOS DE VARIÁVEIS. MEDIDAS ESTATÍSTICAS RELACIONADAS A CADA TIPO DE VARIÁVEL.....	77
→ MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS .....	78
→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA.....	78
→ COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E VARIÂNCIA RELATIVA .....	78
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	79
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL .....	79
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO .....	79
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR .....	79
→ TEOREMA DE BAYES.....	80
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA .....	80
→ ESPERANÇA, MODA E QUANTIS DE VARIÁVEIS DISCRETAS.....	80
→ COVARIÂNCIA; MATRIZ DE VARIÂNCIAS E COVARIÂNCIAS. VARIÂNCIA DA SOMA E DA DIFERENÇA .....	80
→ FUNÇÃO DENSIDADE DE PROBABILIDADE (QUESTÕES QUE DISPENSAM INTEGRAL).....	80
→ FDP PARA VARIÁVEIS CONTÍNUAS (QUESTÕES QUE EXIGEM INTEGRAL/DERIVADA) .....	81
→ DISTRIBUIÇÃO BINOMIAL.....	81
→ AMOSTRAGEM DE CONGLOMERADOS.....	81
→ INTERVALO DE CONFIANÇA PARA A MÉDIA .....	82
→ TESTE DE HIPÓTESES: INTRODUÇÃO (NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA, ERROS TIPO I E II, PODER DO TESTE).....	83
→ CONCEITOS INICIAIS E CÁLCULO DAS ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS (REGRESSÃO LINEAR SIMPLES) .....	83
→ ANÁLISE DE VARIÂNCIA DA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES. COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO. ESTATÍSTICA F.....	84
→ MATEMÁTICA - NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA EM UMA VARIÁVEL X, O COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO.....	84
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA .....	84
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	85
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	85
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	85
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	85
→ PORCENTAGEM.....	86
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC) .....	86
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES) .....	86

→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU .....	87
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	87
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU.....	87
→ OUTRAS QUESTÕES SOBRE FUNÇÕES .....	88
→ GEOMETRIA ESPACIAL.....	88
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	89
→ PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS.....	89
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA). .....	89
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS .....	89
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	90
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	90
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE .....	91
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES .....	92
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	92
→ GABARITO 	93

## INFORMÁTICA ..... 95

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	95
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	95
→ WINDOWS 10.....	95
→ WINDOWS 11.....	96
→ LINUX / UNIX .....	96
→ WORD 2019.....	96
→ EXCEL 2019.....	97
→ POWERPOINT 2019 .....	98
→ WRITER.....	98
→ CALC .....	98
→ QUESTÕES MESCLADAS DE LIBRE OFFICE .....	99
→ PROTOCOLOS DE REDES .....	99
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	99
→ INTRANET E EXTRANET.....	100
→ GOOGLE CHROME.....	100
→ MICROSOFT EDGE.....	101
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	101
→ OUTLOOK 2019 .....	101
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	101
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING) .....	102
→ NUVEIS MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE).....	102
→ GOOGLE WORKSPACE .....	103
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	103

→ FIREWALL E PROXY.....	104
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	104
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	104
→ EXTENSÃO DE ARQUIVOS .....	105
→ MICROSOFT TEAMS.....	105
→ GABARITO 	105

## DIREITO CONSTITUCIONAL.....107

→ FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS .....	107
→ CONSTITUCIONALISMO E NEOCONSTITUCIONALISMO .....	107
→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	108
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....	108
→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE, ETC).....	109
→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....	109
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	110
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	110
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	111
→ HABEAS CORPUS .....	111
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	111
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	112
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS) .....	112
→ PERDA DA NACIONALIDADE .....	112
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE .....	112
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	113
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	113
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	113
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	114
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988).....	114
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	114
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	115
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	115
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	115
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	115
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS .....	116
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988) .....	116
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	116
→ DAS SÚMULAS VINCULANTES (ART. 103-A DA CF/1988).....	117
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988) .....	117

→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988) .....	117
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	117
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	118
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988) .....	118
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988) .....	118
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	119
→ POLÍTICAS URBANA, AGRÁRIA E FUNDIÁRIA (ARTS. 182 A 191 DA CF/1988).....	119
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988) .....	119
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988) .....	119
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	120
→ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019 (ARTS. 3º A 34) - REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	120
→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	121
→ AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC) .....	121
→ ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) .....	121
→ GABARITO 	121

## DIREITOS HUMANOS.....123

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS .....	123
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH) .....	123
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS .....	124
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS).....	124
→ MEIOS DE PROTEÇÃO (ARTS. 33 A 73 DA CADH-OAS) .....	125
→ CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E TRATAMENTOS DEGRADANTES (DECRETO Nº 40/1991) .....	125
→ CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009) .....	125
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLENCIA CONTRA A MULHER (DEC. 1973/06).....	126
→ CONVENÇÕES DA OIT SOBRE DIREITOS HUMANOS .....	126
→ CONVENÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (LEI Nº 9.474/1997).....	126
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3 .....	126
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 15 AO 19 DA LEI Nº 10.741/2003) .....	127
→ DA HABITAÇÃO (ARTS. 37 E 38 DA LEI Nº 10.741/2003) .....	128
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 69 AO 92 DA LEI Nº 10.741/2003).....	128
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	128
→ DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146/2015).....	128
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015).....	129
→ POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA .....	129
→ LEI Nº 10.216/2001 - DIREITOS E PROTEÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO MENTAL.....	129
→ DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	129
→ CONCEITOS, DOUTRINA, AÇÕES, MODALIDADES ETC. .....	130
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	130
→ LEI Nº 12.528/2011 - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE .....	130

→ DECRETO N° 7.053/2009 - POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	130
→ GABARITO 	131

## DIREITO ADMINISTRATIVO ..... 133

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	133
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	133
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	134
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	135
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	135
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO .....	135
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSITION).....	136
→ PODER DISCIPLINAR .....	136
→ PODER DE POLÍCIA.....	136
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	136
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	136
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO) .....	137
→ LEI N° 13.303/2016 - ESTATUTO JURÍDICO DA EP E SEM (ARTS. 1º A 27) .....	137
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	138
→ DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES - LEI N° 8.987/1995).....	138
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI N° 8.987/1995).....	138
→ FORMAS DE EXTINÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI N° 8.987/1995).....	138
→ LEI N° 11.079/2004 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	139
→ LEI N° 11.107/2005 - NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS .....	139
→ LEI N° 13.019/2014 - ESTATUTO DAS PARCERIAS .....	139
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI N° 8.112/1990).....	140
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI N° 8.429/1992).....	140
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI N° 8.429/1992).....	141
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI N° 9.784/1999).....	141
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI N° 9.784/1999).....	142
→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI N° 14.133/2021) .....	142
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI N° 14.133/2021).....	142
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI N° 14.133/2021) .....	142
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI N° 14.133/2021).....	143
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI N° 14.133/2021) .....	143
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI N° 14.133/2021).....	144
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI N° 14.133/2021).....	145
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI N° 14.133/2021) .....	145

→ LEI Nº 13.303/2016 - DAS LICITAÇÕES (ARTS. 28 A 90).....	145
→ REGULAMENTOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DE OUTRAS ENTIDADES (SEBRAE, ABDI, TELEBRAS, ETC.).....	146
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	146
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011) .....	147
→ GABARITO 	147

## DIREITO PENAL.....149

→ PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	149
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	149
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	149
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	149
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP).....	150
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	150
→ NEXO DE CAUSALIDADE: TEORIAS (ART. 13, CAPUT, DO CP).....	150
→ CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....	150
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	151
→ POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILCITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIVINANTES PUTATIVAS (ARTS. 20, §1º, E 21 DO CP).....	151
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	151
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP) .....	152
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	152
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP).....	153
→ SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL (ARTS. 77 A 90 DO CP) .....	153
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP) .....	153
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP) .....	154
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	154
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP) .....	154
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149-A DO CP) .....	154
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	155
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP) .....	155
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	155
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP) .....	155
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP) .....	156
→ PECULATO (ART. 312 DO CP) .....	156
→ GABARITO 	156

<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL.....</b>	<b>157</b>
→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	157
→ INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	157
→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	158
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP) .....	158
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP) .....	159
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP).....	159
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	160
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP).....	160
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP) .....	160
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	161
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	161
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP).....	162
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP) .....	162
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP) .....	162
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	163
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP).....	163
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP) .....	163
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	163
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO .....	164
→ DA APelação (ARTS. 593 A 603 DO CPP).....	164
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. 621 A 631 DO CPP) .....	164
→ GABARITO 	164

<b>DIREITO CIVIL.....</b>	<b>165</b>
→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10) .....	165
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	165
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	165
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61) .....	166
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	166
→ DOMICÍLIO DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS (ARTS. 70 A 78) .....	167
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97) .....	167
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114) .....	167
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	168
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	168
→ PREScriÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	169
→ DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS (ARTS. 252 A 256).....	169
→ DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS (ARTS. 264 A 285) .....	169
→ DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA (ARTS. 299 A 303) .....	169

→ DO PAGAMENTO (ARTS. 304 A 333) .....	170
→ DA CLÁUSULA PENAL (ARTS. 408 A 416) .....	170
→ PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL .....	170
→ DA EVIÇÃO (ARTS. 447 A 457) .....	170
→ DA COMPRA E VENDA (ARTS. 481 A 532) .....	170
→ DA DOAÇÃO (ARTS. 538 A 564) .....	170
→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954) .....	171
→ USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259) .....	171
→ DOS ALIMENTOS (ARTS. 1.694 A 1.710) .....	172
→ GABARITO 	172
<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....</b>	<b>173</b>
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	173
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20) .....	173
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69) .....	174
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76) .....	174
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102) .....	174
→ DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES (ARTS. 108 A 112) .....	174
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118) .....	175
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138) .....	175
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235) .....	175
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259) .....	176
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311) .....	176
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331) .....	176
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334) .....	177
→ DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (ARTS. 354 A 357) .....	177
→ TÓPICOS MESCLADOS DO CAPÍTULO “DAS PROVAS” .....	178
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508) .....	178
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538) .....	179
→ DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA (ARTS. 610 A 673) .....	179
→ DA AÇÃO RESCISÓRIA (ARTS. 966 A 975) .....	179
→ DA RECLAMAÇÃO (ARTS. 988 A 993) .....	180
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008) .....	180
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020) .....	180
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044) .....	180
→ GABARITO 	180
<b>LEI DE LICITAÇÕES.....</b>	<b>183</b>
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI N° 14.133/2021) .....	183
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI N° 14.133/2021) .....	184

→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021) .....	184
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021) .....	185
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021).....	186
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº14.133/2021).....	186
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	187
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	189
→ GABARITO 	190

## **ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA .....191**

→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	191
→ GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	191
→ GOVERNANÇA PÚBLICA.....	191
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	192
→ A REFORMA GERENCIAL NO BRASIL.....	192
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	192
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	193
→ DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE ORGANIZACIONAL - MATRIZ SWOT .....	193
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	193
→ INDICADORES DE DESEMPENHO .....	194
→ BALANCED SCORECARD (BSC) .....	194
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	194
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	194
→ LIDERANÇA .....	195
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	195
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO .....	195
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	195
→ MOTIVAÇÃO.....	196
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO .....	196
→ PROCESSO DECISÓRIO (TOMADA DE DECISÃO).....	196
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE GESTÃO POR PROCESSOS.....	197
→ CICLO PDCA (PLAN-DO-CHECK-ACT OU CICLO DE SHEWART) .....	197
→ BPM, BPMN E CBOK.....	197
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE.....	197
→ EXCELÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS (GESPÚBLICA, MEGP) .....	198
→ QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO .....	198
→ MARKETING .....	198
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS .....	199
→ DESEMPENHO .....	199

→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS .....	199
→ CONCEITOS E TEORIAS DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO .....	199
→ ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA .....	200
→ RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA .....	200
→ GABARITO 	200

## **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA .....203**

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO.....	203
→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	203
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS .....	204
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	204
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	205
→ VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA (ART. 167 DA CF/1988).....	205
→ CRÉDITOS ADICIONAIS .....	205
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE) .....	206
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA .....	207
→ ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA.....	208
→ DÍVIDA ATIVA.....	208
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	208
→ ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA.....	209
→ DÍVIDA FUNDADA E DÍVIDA FLUTUANTE - CONCEITOS GERAIS.....	210
→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	210
→ REGIME DE ADIANTAMENTO .....	211
→ PROGRAMAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	211
→ SIAFIC (DECRETO Nº 10.540/2020).....	212
→ CONTA ÚNICA E GRU .....	213
→ GABARITO 	213

## **REDAÇÃO OFICIAL.....215**

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	215
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	217
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	218
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO) .....	218
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL) .....	218
→ TÓPICOS VARIADOS DO MRPR .....	219
→ ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (REDAÇÃO OFICIAL).....	220
→ ATAS (REDAÇÃO OFICIAL) .....	220

→ PORTARIA (REDAÇÃO OFICIAL) .....	220
→ REQUERIMENTO (REDAÇÃO OFICIAL) .....	220
→ MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DA APEX-BRASIL.....	220
→ GABARITO 	222

# LÍNGUA PORTUGUESA

## → ACENTUAÇÃO

### 1. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Texto CB2A1

#### A força das renováveis

Um dos maiores parques eólicos da América do Sul começou a operar em junho de 2021 em pleno sertão piauiense. Situado 500 quilômetros (km) ao sul da capital Teresina, o complexo Lagoa dos Ventos é formado por 230 aerogeradores, responsáveis por converter a força dos ventos em eletricidade, instalados no alto de torres de 118 m de altura. O empreendimento, fruto de um investimento de R\$ 3 bilhões de uma empresa italiana, vai gerar 3,3 terawatts-hora (TWh) de energia por ano, volume suficiente para abastecer 1,6 milhão de residências. A energia limpa e renovável gerada no local evitará a emissão de mais de 1,9 milhão de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera, quando comparado a uma usina termelétrica, segundo a companhia. Uma expansão em curso, ainda sem data para entrar em operação, elevará a atual capacidade de geração para 5 TWh por ano.

Ao ser inaugurado, o complexo eólico piauiense somou-se a outras 750 centrais similares em operação no país, 90% delas localizadas na região Nordeste. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (AbEEólica), essa infraestrutura, composta por 8,8 mil geradores, produziu no ano passado energia para atender a demanda de 28,8 milhões de moradias, o equivalente a 86,4 milhões de pessoas. Desde 2019, a fonte eólica é a segunda da matriz elétrica nacional e a que mais tem se expandido. Com 20 gigawatts (GW) de potência instalada operacional, é superada pela energia hidráulica, com cerca de 103 GW.

O Brasil foi o terceiro país que mais instalou energia eólica no mundo no ano passado, segundo a presidente-executiva da AbEEólica. Em 2020, foram inaugurados 66 novos parques e em 2021, até novembro, outros 54 entraram em operação. "Fomos responsáveis por 43% da nova capacidade instalada adicionada à matriz brasileira e já somos o sétimo país no ranking mundial de geração eólica." O potencial de geração no país é estimado em cerca de 500 GW, quantidade suficiente para atender o triplo da demanda atual de energia dos brasileiros. O número é três vezes superior ao do atual parque nacional de energia elétrica, incluindo todas as fontes disponíveis (hidrelétrica, solar, biomassa, gás natural, óleo diesel, carvão mineral e nuclear).

Embora seja uma energia limpa e renovável, a eólica causa impactos ambientais e sociais: altera a paisagem onde é instalada, as turbinas geram ruído, provocando desconforto nas comunidades vizinhas, e suas pás colocam em risco pássaros e morcegos que vivem no local. Os desafios tecnológicos a serem enfrentados dizem respeito à intermitência da geração e à dificuldade de estocar a energia gerada nos parques.

Yuri Vasconcelos. Revista Pesquisa FAPESP. Edição 310, dez./2021. Internet: <revistapesquisa.fapesp.br> (com adaptações).

Empregado no texto CB2A1, o vocábulo “eólica” acentua-se devido à mesma regra de acentuação que determina o emprego do acento na palavra

- a) renovável.
- b) elevará.
- c) pássaros.
- d) carvão.
- e) ruído.

### 2. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Texto 2A1-I

As cidades são como os seres humanos: têm um corpo e têm uma alma. Talvez muitas almas, porque o corpo é um albergue onde moram muitas almas, todas diferentes em ideias e sentimentos, todas com a mesma cara. O corpo das cidades são as ruas, as praças, os carros, as lojas, os bancos, os escritórios, as fábricas, as coisas materiais. A alma, ao contrário, são os pensamentos e os sentimentos dos que nela moram. Há corpos perfeitos com almas feias e são como um violino Stradivarius em mãos de quem não gosta de música e não sabe tocar. Mas pode acontecer o contrário: um corpo tosco com alma bonita. Aí é como acontecia com as rabecas do querido Gramanni. Rabecas são violinos rústicos fabricados por artesãos desconhecidos. Mas o Gramanni era capaz de tocar Bach nas suas rabecas... O mesmo vale para as cidades: cidades bonitas por fora e com almas feias, cidades rústicas por fora com almas bonitas. Onde se podem encontrar as almas das cidades? Eu as encontro bonitas nas feiras, nas bancas de legumes e frutas, no mercadão, no sacolão. Esses são lugares onde acontecem reencontros felizes. Também na feira de artesanato, nos jardins onde há crianças, nos concertos... Mas elas aparecem assustadoras nas torcidas de futebol e no tráfego... Ah, o tráfego! É nele que a alma da cidade aparece mais nua. Pensei nisso na semana que passei em Portugal. Lembrei-me que há lugares onde os motoristas sabem que o pedestre tem sempre a preferência. Eles param para que o pedestre passe. Um amigo me contou de sua experiência em Munique: desceu da calçada, pôs os pés no asfalto e, para seu espanto, viu que todos os carros pararam para que ele atravessasse a rua. Sempre que paro meu carro para que o pedestre passe, percebo a surpresa no seu rosto. Não acredita. É preciso que eu faça um gesto com a mão para que ele se atreva.

Não é incomum ver um motorista acelerar o carro ao ver um pedestre atravessando a rua. Disseram-me que existe mesmo um video game cuja sensação está em atropelar os pedestres. As cidades voltarão a ser bonitas quando os motoristas compreenderem que o natural é andar a pé. Os pedestres devem ter sempre a preferência.

Rubem Alves. Cidades. In: *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo Editora Planeta do Brasil, 2008 (com adaptações)

No texto 2A1-I, o acento gráfico é o que simboliza a flexão de plural na palavra

- a) “têm”, em “têm um corpo e têm uma alma”.
- b) “pôs”, em “pôs os pés no asfalto”.
- c) “Há”, em “Há corpos perfeitos com almas feias”.
- d) “artesãos”, em “violinos rústicos fabricados por artesãos desconhecidos”.

### 3. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Texto 1A9-I

A situação carcerária é uma das questões mais complexas da realidade social brasileira. O retrato das prisões no Brasil desafia o sistema de justiça penal, a política criminal e a política de segurança pública. O equacionamento de seus problemas exige, necessariamente, o envolvimento dos três Poderes da República, em todos os níveis da Federação, além de se relacionar diretamente com o que a sociedade espera do Estado como agente de pacificação social.

# MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RLM

## → ESTATÍSTICA - TIPOS DE VARIÁVEIS. MEDIDAS ESTATÍSTICAS RELACIONADAS A CADA TIPO DE VARIÁVEL.

### 1. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Tabela 1A4

A tabela a seguir apresenta informações cadastrais de dez contratos de empréstimos selecionados por um auditor para sua análise acerca da atuação de certa entidade financeira.

CONTRATANTE	EMPRÉSTIMO (VALOR EM R\$)	NÚMERO DE PRESTAÇÕES
Bruno Pereira Dantas	30.000	24
Viviane Alves Feitosa	15.000	12
Helena Rodrigues dos Santos	40.000	36
Pedro Augusto Gomes	45.000	48
Sebastião Pereira Gomes	9.000	18
Carine Sousa e Silva	28.000	36
Augusto Alves dos Santos	26.000	24
Carla Batista Rodriguez	51.000	60
Maria Helena Gomes dos Santos	18.000	18
Pedro Gomes Pereira	48.000	24

Para a tabela 1A4, a variável número de prestações é do tipo

- a) qualitativa nominal.
- b) quantitativa discreta.
- c) quantitativa contínua.
- d) qualitativa ordinal.
- e) quantitativa ordinal.

---

### 2. (CEBRASPE-CESPE – 2022) O valor de um atributo de um dado objeto é uma medida da quantidade daquele atributo, a qual pode ser numérica ou categórica.

Nesse caso, estado civil e sexo são classificados como atributo

- a) binário.
- b) nominal.
- c) ordinal.
- d) ausente.
- e) razão.

# INFORMÁTICA

## → MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.)

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Em um computador, ao se criar um documento no Microsoft Word e uma planilha no LibreOffice Calc, os respectivos arquivos poderão ser armazenados

- a) na placa-mãe.
- b) na placa de vídeo.
- c) na RAM (Random Access Memory).
- d) no processador (CPU).
- e) no HD (hard disk).

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** A ROM (read-only memory)

- a) mantém seu conteúdo quando o computador é desligado; o usuário pode remover suas informações por meio do Windows e necessita de alimentação elétrica.
- b) é uma memória cujo conteúdo é apagado quando o computador é desligado, ou seja, necessita de alimentação elétrica.
- c) é uma memória volátil, já que perde seu conteúdo quando há queda de energia; suas informações são regravadas pelo computador toda vez que ele for ligado.
- d) é um tipo de memória não-volátil, pois mantém seu conteúdo se houver queda de energia; o seu conteúdo pode ser removido facilmente.
- e) mantém seu conteúdo, mesmo quando o computador é desligado; suas informações são gravadas pelo fabricante.

## → PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA)

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** O touchpad refere-se

- a) a um tipo de mouse que o usuário, em vez de mover o dispositivo, move uma esfera com os dedos para controlar o cursor na tela.
- b) à parte sensível ao toque, localizada na parte inferior dos notebooks, que permite controlar o cursor na tela ao fazer movimentos com um ou mais dedos.
- c) ao dispositivo que permite a conversão de imagens físicas em digitais.
- d) ao dispositivo que permite a transmissão e o recebimento de dados por meio das redes de computadores.
- e) ao acessório que permite o uso da bola da caneta digital para desenho e escrita no computador, de modo similar a papel e lápis.

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** A respeito da limpeza do tambor de impressora a laser, assinale a opção correta.

- a) Para a limpeza, deve-se sacodir o tambor e passar os dedos para remover resíduos.
- b) Para a limpeza, recomenda-se segurar o tambor pelas pontas, sem tocar, e passar álcool isopropílico em uma única direção.

- c) O tambor não pode ser limpo, ele deve ser substituído.
- d) O tambor deve ser lavado com água sob jato forte e, em seguida, secado com pano.
- e) Recomenda-se esfregar o tambor, a seco, com esponja porosa para remover qualquer resíduo.

## → WINDOWS 10

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** No sistema operacional Windows 10,

- a) não é possível configurar grupos de aplicativos que aparecem no menu Iniciar.
- b) a Barra de Tarefas não pode ser personalizada.
- c) a funcionalidade Modo Tablet otimiza a interface para dispositivos touchscreen, facilitando a usabilidade em laptops híbridos.
- d) a Barra de Pesquisa, localizada na Barra de Tarefas, permite realizar buscas apenas em aplicativos e documentos existentes no computador.
- e) o papel de parede da Área de Trabalho só pode ser alterado caso se modifique também o tema nas configurações de personalização do Windows.

**6. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Assinale a opção correta, a respeito do sistema operacional Windows 10.

- a) A instalação padrão do Windows 10 já conta com uma proteção contra vírus de computador e ameaças.
- b) Para se visualizar simultaneamente dois documentos ou aplicativos, é necessário ter duas telas conectadas ao computador.
- c) Não é possível criar pastas na Área de Trabalho do Windows 10.
- d) O explorador de arquivos do Windows 10 não permite visualizar fotos ou imagens em miniaturas.
- e) O Google Chrome é um navegador web nativo do Windows 10.

**7. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** No ambiente Windows,

- a) a área de trabalho possui aparência fixa, por isso não é possível alterar as suas características.
- b) é possível criar atalhos para programas e arquivos na área de trabalho, o que facilita o acesso rápido.
- c) o Windows Explorer tem a função de personalizar configurações como rede, resolução de tela e som.
- d) o menu Iniciar permite copiar, colar e renomear arquivos.
- e) a barra de transferência exibe ícones de atalho para aplicativos e permite alternar entre janelas abertas.

**8. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** Se um usuário ligar um computador com Windows e realizar o login, a primeira tela apresentada ao usuário será

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## → FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** A respeito dos sistemas e regimes de governo, julgue os itens subsecutivos.

I. O parlamentarismo caracteriza-se predominantemente pela divisão do Poder Executivo em duas partes: chefia de Estado, exercida pelo presidente, em uma República, ou pelo monarca, em uma monarquia; e chefia de governo, exercida pelo primeiro ministro.

II. O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.

III. A democracia direta é caracterizada pela eleição de representantes do povo, por meio do voto, além de mecanismos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** Assinale a opção correta em relação às formas de Estado.

- a) Nos Estados unitários, não há descentralização do poder e das funções estatais.
- b) Do ponto de vista jurídico, o território de um Estado é o domínio espacial no qual vige determinada ordem jurídica estatal.
- c) Na Federação, os entes menores possuem níveis mais reduzidos de soberania, que não podem colidir com a do ente nacional.
- d) Estados regionais são modalidades de Estados federados.
- e) Nos entes políticos menores dos Estados federados, há povo e território, mas não há poder, no sentido de uma ordem jurídica própria e aplicável desses entes.

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Assinale a opção que identifica corretamente o responsável pelo exercício da função estatal que precípuamente estabelece regra a partir da conversão da lei em ato individual e concreto, que é parcialmente revisível e cuja atividade independe de provocação.

- a) Poder Judiciário
- b) Poder Legislativo
- c) Ministério Público
- d) Poder Executivo
- e) Poder Moderador

## → CONSTITUCIONALISMO E NEOCONSTITUCIONALISMO

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** Em relação ao constitucionalismo e ao sistema constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

- a) As Constituições simbólicas são aquelas que se preocupam com a eficácia das normas constitucionais em detrimento do reconhecimento dos valores sociais que elas impliquem.
- b) No Brasil, adota-se o sistema de dupla revisão das normas constitucionais.
- c) O denominado patriotismo constitucional apregoa o abandono de ideias nacionalistas e a busca de uma identidade política coletiva conciliada com uma perspectiva universalista comprometida com os princípios do Estado democrático de direito.
- d) De acordo com a doutrina, em geral, a origem da constitucionalização do direito encontra-se na primeira Constituição Federal Brasileira, haja vista o seu conteúdo analítico e casuístico.
- e) O marco histórico do neoconstitucionalismo no direito brasileiro data do reconhecimento dos preceitos democráticos e dos direitos básicos à liberdade, à propriedade e à segurança pela Constituição Federal de 1946.

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** O triunfo do liberalismo, movimento econômico, político e filosófico surgido durante o século XVIII, inspirado no Iluminismo, levou a uma significativa alteração nas feições do modelo estatal absolutista até então em vigor. Em especial no campo econômico, passou-se a difundir a não intervenção do Estado (*laissez-faire*), além de, na seara política, considerá-la como necessária, devendo o poder ser repartido e limitado com o objetivo de evitar quaisquer abusos em seu exercício. A respeito das diversas fases na evolução do constitucionalismo, assinale a opção correta.

- a) O constitucionalismo clássico não teve nenhuma vinculação com os ideais liberais, em especial no que se refere ao poder estatal, já que defendia as pautas impostas pelo Estado, adotando o modelo clássico greco-romano. Nessa fase inicial, chamada de constitucionalismo clássico, pregava-se a concentração do poder político com o objetivo de atender a nobreza detentora do poder econômico.
- b) Uma análise mais aprofundada dos movimentos sociais ocorridos no século XV, que deram sustentação política ao constitucionalismo, permite afirmar que o Estado decidiu assumir uma postura mais permissiva na fase de produção e distribuição de bens, buscando intervir nas relações laborais, econômicas e sociais, o que fez surgir a noção de Estado social.
- c) As chamadas revoluções burguesas se identificavam com o Estado absolutista, refutando a ideia de Constituições escritas, que acabariam por comprometer suas pretensões, sintonizadas com a intervenção do Estado na economia.

# DIREITOS HUMANOS

## → CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** No que se refere à clássica subdivisão das gerações/dimensões dos direitos humanos (1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> gerações), assinale a opção que apresenta, respectivamente, um direito de 1.<sup>a</sup> e um direito de 2.<sup>a</sup> geração.

- a) direito à proteção à infância e direito à propriedade
- b) direito à privacidade na era digital e direito ao acesso à Internet
- c) direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e direito à paz
- d) direito à democracia e direito à liberdade de expressão
- e) direito à participação popular e direito à saúde

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** A cada grande surto de violência, os homens recuam, horrorizados, à vista da ignomínia que afinal se abre claramente diante de seus olhos; e o remorso pelas torturas, as mutilações em massa, os massacres coletivos e as explorações aviltantes fazem nascer nas consciências, agora purificadas, a exigência de novas regras de uma vida mais digna para todos.

Fábio Konder Comparato. A afirmação histórica dos direitos humanos.  
3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 37 (com adaptações).

Considerando a perspectiva acerca dos direitos humanos adotada no texto apresentado, assinale a opção correta.

- a) Os direitos humanos surgem de uma atuação positiva do Estado, com a criação de novas regras para a dignidade humana.
- b) Os direitos humanos decorrem de um acordo de vontades de pessoas autônomas e esclarecidas.
- c) Os direitos humanos são antecedidos, na sua origem, pelas grandes descobertas científicas ou invenções técnicas.
- d) Os direitos humanos possuem uma dimensão ética, e a análise das suas diferentes etapas de afirmação pauta-se na compreensão histórica desses direitos.
- e) Os direitos humanos têm natureza religiosa, uma vez que o ser humano, confrontado com o mal e o pecado, com a dor física e espiritual, procura, por meio do direito, uma vida mais digna e repleta de paz.

## → DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o objetivo primordial dos direitos e liberdades nela proclamados é

- a) impor restrições aos direitos individuais em prol do bem-estar coletivo.
- b) estabelecer direitos exclusivamente para grupos minoritários.

- c) garantir o bem-estar social de todos os indivíduos, a qualquer preço.
- d) assegurar a supremacia dos direitos civis sobre os direitos políticos.
- e) proteger a dignidade humana e promover o desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo.

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Considerando o sistema global de proteção dos direitos humanos e os instrumentos normativos internacionais, assinale a opção correta.

- a) Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o direito internacional dos direitos humanos passou por um processo de institucionalização gradativa do sistema protetivo, que resultou na ocupação, pelos organismos internacionais, do papel primário de proteção dos direitos humanos e no reposicionamento dos Estados a um papel secundário e complementar nessa tarefa.
- b) A Carta das Nações Unidas, à época de sua elaboração, não determinou o conceito de direitos humanos e liberdades fundamentais, devido à intenção da organização de permitir que os Estados-membros dessem, posteriormente, uma concreta definição para tais expressões a partir de suas restrições culturais e particularidades legislativas.
- c) Em consideração ao princípio interpretativo das convenções sobre direitos humanos, os Estados nacionais podem ampliar a proteção dos direitos humanos em seus sistemas domésticos, por meio do princípio pro personae, interpretando os tratados e as sentenças internacionais da maneira mais favorável possível àquele cujos direitos tenham sido violados.
- d) Por conta da necessidade de manter a paz e a segurança internacionais, a Carta das Nações Unidas preceitua a eliminação total do uso da força e da intervenção em assuntos internos que dependam essencialmente da jurisdição dos Estados nacionais.
- e) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o principal documento do sistema global de proteção dos direitos humanos editado pela Organização das Nações Unidas, sendo formal e materialmente obrigatória em razão de tratar da opinião jurídica construída pela comunidade internacional ao longo do tempo.

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** A Declaração Universal dos Direitos Humanos

- a) prevê a possibilidade de suspensão de direitos em situações excepcionais.
- b) prevê a proteção contra a tortura, mas excepciona dessa proteção os criminosos de guerra.
- c) estabelece, para a vítima de perseguição, o direito de pedir refúgio, independentemente do motivo da perseguição.
- d) prevê direitos sociais, neles incluídos, entre outros, os direitos a trabalho e remuneração justa e à filiação a sindicatos.
- e) é omisso relativamente à apatridia.

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## → ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Assinale a opção que apresenta o critério mais adequado para conceituar o direito administrativo, conforme a doutrina majoritária brasileira.

- a) critério da administração pública
- b) escola do serviço público
- c) critério das relações jurídicas
- d) critério teleológico
- e) critério do Poder Executivo

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Acerca de conceitos, do objeto e das fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

- a) O direito administrativo é o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, os agentes e as pessoas jurídicas que integram a administração pública, a atividade jurídica não contenciosa que ela exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- b) A administração pública tem como constante a sua expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente; o governo, por sua vez, pode ser entendido como o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral, sejam eles próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da sociedade.
- c) A lei, a doutrina e a jurisprudência são consideradas fontes primárias do direito administrativo, ao passo que os costumes são concebidos como fonte secundária.
- d) A administração pública, em sentido subjetivo, abrange as atividades exercidas por pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas.
- e) Os elementos originários e indissociáveis do Estado são somente povo e território.

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** No que se refere às fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

- a) Segundo a doutrina majoritária, devido à formalidade que caracteriza o direito administrativo, suas fontes são, necessariamente, escritas.
- b) Quando se cita a lei como fonte do direito administrativo, faz-se referência às leis ordinárias regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.
- c) Apesar de sua relevância para orientar os agentes públicos, a jurisprudência não é tida como fonte do direito administrativo.
- d) Leis que são fonte do direito administrativo não necessariamente têm aplicabilidade em todo o território nacional.

e) A jurisprudência somente é fonte do direito administrativo nos países que adotam o sistema de contencioso administrativo.

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Acerca da administração pública, de seus órgãos e os fundamentos que os regem, assinale a opção correta.

- a) As agências reguladoras possuem poder normativo e autônomo que permite expedir normas gerais.
- b) Os normativos e a jurisprudência constituem fontes primárias, ou seja, veículos habilitados para criar direitos e obrigações.
- c) Os costumes são práticas reiteradas da autoridade administrativa, capazes de estabelecer padrões de comportamento e fazer que os administrados esperem aquele modo de agir.
- d) A supremacia do interesse público impede que o agente público renuncie ao interesse da administração em sede arbitral ou de acordos judiciais.
- e) Para que seja considerada administração indireta, é necessária a constituição de patrimônio próprio.

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** No direito administrativo brasileiro, o critério de estudo do direito administrativo mais comumente aceito é o(a)

- a) escola legalista.
- b) método técnico-científico.
- c) escola exegética.
- d) escola empírica ou caótica.
- e) método jurisprudencial.

## → PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

**6. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** É princípio constitucional expresso relacionado à administração gerencial o da

- a) legalidade.
- b) imparcialidade.
- c) eficiência.
- d) moralidade.
- e) publicidade.

# DIREITO PENAL

## → PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP)

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** O princípio da legalidade desdobra-se em alguns subprincípios, entre os quais se incluem

- a) reserva legal, culpabilidade e anterioridade.
- b) reserva legal, culpabilidade e retributividade.
- c) reserva legal, retributividade e anterioridade.
- d) culpabilidade, retributividade e taxatividade.
- e) reserva legal, anterioridade e taxatividade.

## → CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

- a) A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.
- b) Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais gravosa.
- c) A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.
- d) Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.
- e) O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.

## → LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP)

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Acerca da aplicação da lei penal, julgue os itens a seguir, de acordo com o previsto no Código Penal Brasileiro.

I. O crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento do resultado.

II. A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que decorrido o período de sua duração.

III. A lei posterior mais benéfica ao agente é aplicável aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item III está certo.
- b) Apenas os itens I e II estão certos.

- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

## → PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP)

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Pedro, brasileiro residente no exterior, cometeu, fora do território brasileiro, crime de genocídio contra um grupo religioso e, posteriormente, retornou ao Brasil.

Nessa situação hipotética, Pedro

- a) não poderá ser julgado no Brasil, pois o país não é signatário de tratado sobre genocídio.
- b) não poderá ser julgado no Brasil, pois o crime não foi cometido em território nacional.
- c) poderá ser julgado no Brasil, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser julgado no Brasil desde que o crime também seja punível no país onde foi praticado.
- e) poderá ser julgado no Brasil se o país onde ocorreu o crime não exercer sua jurisdição.

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Durante sua estadia nos Estados Unidos da América, Caroline, brasileira, foi acusada de conduta tipificada como crime tanto na legislação estadunidense quanto na legislação brasileira.

Considerando a situação hipotética anterior e a legislação brasileira referente à extraterritorialidade da lei penal, assinale a opção correta.

- a) A extraterritorialidade da lei penal brasileira não se aplica à situação em apreço.
- b) A extraterritorialidade da lei penal brasileira só se aplica a crimes cometidos por estrangeiros no exterior.
- c) Para que Caroline possa ser processada no Brasil, basta que haja acordo de extradição entre o Brasil e os Estados Unidos da América.
- d) Caroline poderá ser processada no Brasil, independentemente do interesse dos Estados Unidos da América.
- e) A extraterritorialidade da lei penal brasileira só se aplica a crimes imprescritíveis e inafiançáveis.

**6. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, independentemente de qualquer outra condição, os crimes

- a) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e que aí não sejam julgados.
- b) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## → PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS

1. (CEBRASPE-CESPE – 2024) Julgue os itens a seguir, no que se refere ao sistema inquisitivo.

I. O sistema inquisitivo é caracterizado pela concentração de poder nas mãos do julgador, que exerce, também, a função de acusador.

II. No sistema inquisitivo, a confissão do réu é considerada a rainha das provas.

III. O sistema inquisitivo privilegia os debates orais, com procedimentos escritos formalizados.

IV. No sistema inquisitivo, o procedimento é público, pautado pelo princípio do contraditório, e a defesa do réu é atuante.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

---

2. (CEBRASPE-CESPE – 2023) No que diz respeito aos princípios, aos sistemas e às normas processuais penais, julgue os itens a seguir.

I. A decisão que, sem a oitiva prévia da defesa, determina a transferência ou a permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal viola os princípios do contraditório e do devido processo.

II. No ordenamento jurídico brasileiro, em regra, a aplicação da lei processual penal rege-se pelo princípio do tempus regit actum.

III. Segundo a doutrina majoritária, o sistema inquisitório é caracterizado pela presença de partes distintas (actum trium personarum), contrapondo-se acusação e defesa em igualdade de condições, sobrepondo-se a ambas um juiz equidistante e imparcial.

IV. A lei processual penal brasileira veda a adoção das regras de hermenêutica jurídica ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio (onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir) e ubi eadem ratio ibi idem jus (onde há o mesmo fundamento, há o mesmo direito).

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

## → INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

3. (CEBRASPE-CESPE – 2023) De acordo com o disposto no Código de Processo Penal (CPP), a lei processual penal

- a) admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
- b) não admite interpretação extensiva, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito.
- c) admite interpretação extensiva, mas não o suplemento dos princípios gerais do direito.
- d) não admite a aplicação analógica, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito e a interpretação extensiva.

---

4. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Após o advento do neoconstitucionalismo e como seu consequente reflexo, os princípios adquiriram força normativa no ordenamento jurídico brasileiro, e a eficácia objetiva dos direitos fundamentais deu novos contornos ao direito processual penal. A respeito desse assunto, assinale a opção correta à luz do Código de Processo Penal.

- a) No Código de Processo Penal, admite-se, dado o princípio do tempus regit actum, a aplicação da interpretação extensiva, mas não a da interpretação analógica.
- b) No que diz respeito à interpretação extensiva, admitida no Código de Processo Penal, existe uma norma que regula o caso concreto, porém sua eficácia é limitada a outra hipótese, razão por que é necessário ampliar seu alcance, e sua aplicação não viola o princípio constitucional do devido processo legal.
- c) A analogia, assim como a interpretação analógica, não é admitida no Código de Processo Penal em razão do princípio da vedação à surpresa e para não violar o princípio constitucional do devido processo legal.
- d) Ante os princípios da proteção e da territorialidade temperada, não se admite a aplicação de normas de tratados e regras de direito internacional aos crimes cometidos em território brasileiro.
- e) No Código de Processo Penal, o princípio da proporcionalidade é expressamente consagrado, tanto no que se refere ao aspecto da proibição do excesso quanto ao aspecto da proibição da proteção ineficiente.

# DIREITO CIVIL

## → DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Vanessa, casada com Marcos havia três anos, estava grávida do seu primeiro filho, fruto dessa união. Apesar de a gestação ter sido tranquila, houve complicações no momento do parto, o que ocasionou a necessidade de entubar o recém-nascido, que, infelizmente, veio a óbito cinco horas após o parto.

Considerando essa situação hipotética e as regras acerca da pessoa natural e dos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- a) Segundo a teoria natalista, majoritariamente adotada pela legislação brasileira e pela doutrina contemporânea, o recém-nascido adquiriu seus direitos à personalidade na ocasião exata do parto, no momento em que respirou pela primeira vez.
- b) Conforme a teoria da personalidade condicionada, adotada pela legislação brasileira em vigor e defendida pela doutrina majoritária contemporânea, o recém-nascido não chegou a adquirir os direitos de personalidade, pois veio a óbito logo após o parto.
- c) Segundo a atual interpretação da lei e a doutrina majoritária contemporânea, o recém-nascido adquiriu os direitos à personalidade por ter nascido com vida, mas teve todos seus direitos extintos a partir da data do seu óbito.
- d) Os direitos à personalidade da criança estão assegurados desde o momento de sua concepção, independentemente do nascimento com vida ou não, em respeito à teoria conceptionista, adotada pela legislação brasileira e defendida pela doutrina majoritária contemporânea.
- e) Todos os direitos da personalidade da criança em questão foram extintos com seu óbito, visto que não há como se assegurar nenhum direito a alguém cujo falecimento foi atestado em certidão de óbito registrada em órgão competente.

---

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** De acordo com a legislação brasileira, são absolutamente incapazes

- a) os menores de dezesseis anos de idade.
  - b) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos de idade.
  - c) os pródigos.
  - d) os viciados em tóxicos.
  - e) os ébrios habituais.
- 

## → DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21)

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Acerca dos direitos fundamentais, à luz do direito civilista, assinale a opção correta.

- a) De acordo com Código Civil Brasileiro, seja qual for a circunstância, cada pessoa tem a liberdade para dispor do próprio corpo do modo que bem desejar, tanto por meio de mutilações quanto por qualquer forma de diminuição permanente da integridade física.
- b) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são irrenunciáveis e poderão ser transmitidos, caso o seu exercício sofra limitação voluntária.
- c) Os direitos da personalidade são direitos essenciais à dignidade e integridade e dependem da capacidade civil da pessoa, podendo ser citados os direitos a vida, liberdade, privacidade e intimidade.
- d) Abstratamente, os direitos fundamentais, entre os quais o direito da personalidade, sempre terão grau de importância entre si, independentemente da análise do caso em concreto.
- e) Ao tratar da proteção à integridade física e do direito ao próprio corpo, o Código Civil Brasileiro traz a possibilidade de recusa em submeter-se a tratamento ou intervenção médica em situações em que o procedimento demonstre risco à vida da pessoa.

---

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Acerca dos direitos da personalidade previstos no Código Civil em vigência, o ato de disposição do próprio corpo

- a) não pode ser livremente revogado.
  - b) é válido com objetivo científico e de forma onerosa quando se tratar de pessoa viva.
  - c) não é válido com finalidade altruísta após a morte.
  - d) é válido sem exceção, mesmo que contrarie os bons costumes.
  - e) é válido quando importar diminuição permanente da integridade física por exigência médica.
- 

## → DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52)

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** No que se refere às pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- a) As empresas públicas e as autarquias são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) Todas as espécies de fundações são consideradas pessoas jurídicas de direito público, independentemente de terem sido instituídas pelo poder público ou pela iniciativa privada.
- c) Todas as pessoas jurídicas instituídas pelo poder público são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno.
- d) As empresas públicas são necessariamente pessoas jurídicas de direito privado.

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## → PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988)

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Brasil. Código de Processo Civil. Internet: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

Considerando o teor do dispositivo do Código de Processo Civil (CPC) transscrito anteriormente e o entendimento do STJ a respeito da matéria, assinale a opção correta.

- a) Durante julgamento no tribunal, se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser consideradas no julgamento do recurso, as partes serão intimadas para que se manifestem no prazo de 5 dias, visto que é vedado ao julgador decidir com base em fundamentos jurídicos não submetidos ao contraditório.
- b) Viola o art. 10 do CPC e, consequentemente, o princípio da não surpresa o ato de o tribunal conferir classificação jurídica aos fatos controvertidos que sejam contrários à pretensão da parte, com aplicação da lei aos fatos narrados nos autos.
- c) Viola o princípio da não surpresa a prolação de acórdão que, embora em consonância com os limites da lide, realiza tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, ainda que as partes não a tenham invocado (*iura novit curia* e independentemente da oitiva delas).
- d) A palavra “fundamento”, presente no art. 10 do CPC, relaciona-se ao fundamento legal, e não à circunstância de fato qualificada pelo direito em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, o que impõe ao juiz o dever de informar às partes os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa.
- e) É aplicável o princípio da não surpresa nas hipóteses relacionadas à aferição de prazo processual para fins de tempestividade de recurso, ainda que a parte recorrida possua meios de prever e contrapor o argumento decisório utilizado.

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** As partes deverão se submeter ao que for decidido pelo juiz, tendo em vista o princípio

- a) da territorialidade.
- b) do juiz natural.
- c) da indelegabilidade.
- d) da investidura.
- e) da inevitabilidade.

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Assinale a opção que apresenta o princípio segundo o qual é vedado ao juiz de direito conferir a outrem as suas funções.

- a) princípio da territorialidade
- b) princípio da investitura
- c) princípio da indelegabilidade
- d) princípio da funcionalidade
- e) princípio da inevitabilidade

## → DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20)

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** Assinale a opção correta relativa ao direito processual civil brasileiro.

- a) A curatela especial é exercida, nos termos da lei, exclusivamente pelo Ministério Público.
- b) Admite-se a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- c) O assistente não é considerado litisconsorte da parte principal, ainda que a sentença influa na relação jurídica entre ele e o assistido ou o seu adversário.
- d) É defeso ao amicus curiae recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- e) No direito processual civil brasileiro, a pessoa jurídica não tem direito à gratuidade da justiça, independentemente da demonstração de insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios.

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** No que tange ao direito de ação e suas teorias, considerando o Código de Processo Civil (CPC) e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- a) No direito brasileiro, a teoria eclética define ação como um direito autônomo e abstrato, separado do direito subjetivo material, e sujeito a certos requisitos para a avaliação de mérito.
- b) De acordo com o CPC, para postular em juízo é necessário preencher os requisitos de legitimidade, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido.
- c) O CPC adota a teoria imanentista, a qual estabelece que o exercício do direito processual está vinculado à presença de um direito material, ainda que este seja objeto de controvérsia.
- d) O STJ não admite a análise das condições da ação com base na teoria da asserção.
- e) Segundo a teoria da asserção, a avaliação das condições da ação é considerada parte do mérito e, por isso, deve ser realizada somente no momento de proferir a sentença.

# LEI DE LICITAÇÕES

## → OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** Acerca da solicitação e da análise de amostras no âmbito dos processos licitatórios, assinale a opção correta.

- a) Segundo o TCU, o edital de licitação deve contemplar as condições de entrega da amostra ou de realização da prova de conceito (data, horário e local), os procedimentos para o exame da amostra (roteiro detalhado da avaliação), bem como os critérios objetivos para a sua aceitação.
- b) É vedado à administração pública oferecer protótipo do objeto pretendido para a exigência de amostras, mesmo que haja previsão expressa no edital de licitação.
- c) As amostras do objeto que se pretende contratar somente podem ser exigidas dos licitantes após a fase de julgamento das propostas.
- d) A administração pública pode exigir amostras de todos os licitantes de um certame para realizar análise e avaliação da conformidade das propostas, mediante homologação de amostras ou outros testes que sejam de seu interesse.
- e) As amostras fornecidas pelo licitante provisoriamente vencedor devem ser analisadas pela administração pública, sendo vedado o seu encaminhamento a outra instituição.

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** Nos procedimentos adotados em um processo licitatório,

- a) os valores de uma licitação nacional poderão ser expressos em dólar para garantir a viabilidade do certame, caso o processo seja de longa duração.
- b) o agente administrativo do órgão licitante poderá se responsabilizar pela autenticação de cópia de documento, quando for apresentado o original.
- c) os atos serão preferencialmente manuais, sendo digitalizados apenas ao final do processo.
- d) os documentos poderão ser produzidos por áudio, com a identificação do responsável.
- e) os atos praticados são restritos aos participantes da licitação.

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** À luz da Lei n.º 14.133/2021, julgue os seguintes itens, referentes às fases e às modalidades da licitação pública.

I. É permitido antecipar a fase da habilitação em relação às fases da apresentação de propostas e do julgamento, desde que observados os requisitos legais.

II. O uso da licitação sob a forma eletrônica não é obrigatório, mas apenas preferencial.

III. O sigilo do orçamento estimado, quando decretado, se impõe a todos os licitantes, mas não alcança os órgãos de controle interno e externo.

IV. É vedada a criação de modalidades de licitação além das previstas na referida lei, porém é permitido combinar as modalidades existentes, para melhor atender ao interesse público.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** A respeito do processo licitatório, assinale a opção correta, à luz das disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos.

- a) O plano de contratações anual visa racionalizar as contratações dos órgãos e das entidades, bem como garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico, sendo, por essa razão, sigiloso.
- b) A alta administração do órgão ou da entidade pública será responsável pela governança das contratações e deverá implementar processos e estruturas para promover um ambiente íntegro e confiável, bem como a eficiência, a efetividade e a eficácia em suas contratações.
- c) Os atos do processo licitatório serão preferencialmente registrados em meio físico.
- d) O não atendimento das exigências formais, ainda que não comprometa a aferição da qualificação do licitante, pode ensejar desde o afastamento do licitante até a invalidação do processo de licitação.
- e) Os atos praticados no processo licitatório são sigilosos.

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** Julgue os itens a seguir, no que se refere ao processo licitatório, com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

I. A exigência de reconhecimento de firma só ocorre quando há dúvida quanto à autenticidade da documentação.

II. Os valores utilizados deverão ser expressos em reais, independentemente do âmbito de realização da licitação.

III. A autenticidade de cópia de documento poderá ser comprovada mediante apresentação do original ao agente da administração.

IV. O descumprimento de normas formais não invalida o processo, desde que não comprometa o entendimento da proposta e a qualificação do licitante.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III, IV.

# ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

## → PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Assinale a opção correta em relação às funções de administração.

- a) A função de controle foca a relação da organização com a incerteza e a mudança, e, principalmente, dada a sua natureza, impacta o futuro da instituição.
- b) A função de planejamento envolve níveis como o estratégico, o tático e o operacional, que contribuem para a efetividade dessa função.
- c) Na função de direção, reúnem-se e integram-se recursos e competências, além dos níveis de autoridade.
- d) Mensuração e avaliação dos resultados da ação empresarial, obtidas a partir do planejamento, da organização e do controle, são essenciais na função de direção.
- e) Na função de organização, há relação direta com a autoridade e o poder, interpretando-se os planos e instruindo-se sobre como executá-los.

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** A respeito do processo organizacional, julgue os itens subsecutivos.

I. Planejamento é a função administrativa por meio da qual se desenham as atividades a serem realizadas e fixam-se os resultados a serem obtidos.

II. Na função administrativa de direção, o gestor comanda a aplicação dos recursos produtivos, não lhe cabendo prover estímulos para que os colaboradores assumam responsabilidades de forma direta ou indireta.

III. A comunicação exerce papel importante nos alinhamentos e adequações rotineiras aos objetivos organizacionais, ocorrendo exclusivamente por meio de sistemas de comunicação formal.

IV. Na função administrativa de controle, buscam-se a correção de falhas ou erros existentes e a prevenção de novas falhas e erros.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** Cabe ao gestor público que desenvolve, em suas atividades diárias, a função de organização

- a) definir as metas organizacionais e planejar a sua realização.
- b) estabelecer a hierarquia e a divisão de tarefas entre membros da equipe.

- c) monitorar o desempenho de funcionários e identificar oportunidades de melhoria.
- d) motivar funcionários e orientar sobre possíveis erros.
- e) assegurar que a equipe realize suas atividades de forma eficiente

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** As funções envolvidas na definição de objetivos e metas bem como as envolvidas no monitoramento de atividades correspondem, respectivamente, a

- a) direção e planejamento.
- b) estratégia e direção.
- c) planejamento e controle.
- d) controle e estratégia.

## → GOVERNANÇA CORPORATIVA

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** A organização deve divulgar com clareza e precisão políticas, planos, diretrizes, decisões e atividades sob sua responsabilidade e seus impactos conhecidos e prováveis na sociedade e no meio ambiente. Esse princípio é denominado

- a) comportamento ético.
- b) accountability.
- c) respeito ao estado de direito.
- d) transparência organizacional.
- e) respeito aos direitos humanos.

**6. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** O processo contínuo que envolve a identificação das exigências (éticas, administrativas e legais), a análise e mitigação dos riscos de não conformidade e a adoção das medidas preventivas e corretivas necessárias é conhecido por

- a) gestão de riscos.
- b) apetite de risco.
- c) estrutura de gestão de riscos.
- d) risco.
- e) compliance.

## → GOVERNANÇA PÚBLICA

**7. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Assinale a opção correta em relação às funções e aos mecanismos de governança.

- a) Princípios e comportamentos e o sistema de governança são componentes do mecanismo de governança pertinentes à estratégia.

# ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

## → AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** À luz da disciplina legal das receitas públicas e da atividade financeira do Estado, assinale a opção correta.

- a) A distinção entre entradas e receitas públicas se dá no âmbito do princípio da unidade de tesouraria.
- b) Os depósitos judiciais e extrajudiciais de valores referentes a tributos administrados pela PGFN serão repassados para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para o recolhimento dos tributos.
- c) O superávit do orçamento corrente é considerado receita de capital e poderá integrar o patrimônio de fundos especiais, independentemente de autorização legislativa.
- d) O lucro advindo da exploração de atividade econômica pelo Estado será classificado contabilmente como receita originária, industrial e de capital.
- e) De acordo com a EC n.º 102/2019, as receitas decorrentes de royalties de petróleo têm natureza tributária.

---

## → TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC)

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Assinale a opção correta em relação ao orçamento público.

- a) O orçamento público, segundo a técnica de desempenho, é baseado na construção de teto para despesas obrigatórias e financeiras, conforme os objetivos fiscais do governo.
- b) O orçamento público, sob a técnica do orçamento base zero, apresenta como foco principal o acompanhamento de gastos indiretos e sua relação com metas de longo prazo estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- c) A técnica do orçamento tradicional é reconhecida por favorecer, por meio de indicadores físicos, uma análise mais aprofundada dos impactos sociais dos programas públicos.
- d) A técnica orçamentária do orçamento-programa está orientada à vinculação entre os programas de governo e os resultados esperados, incorporando elementos de planejamento estratégico.
- e) O princípio da unidade permite a existência de múltiplos orçamentos por ente federativo, desde que respeitado o teto de gastos estabelecido na lei orçamentária anual (LOA).

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Em relação ao orçamento público, suas técnicas e princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- a) O orçamento tradicional, adotado no Brasil até meados do século XX, tinha como objetivo central a mensuração do custo das ações governamentais, de forma a valorizar a vinculação entre gastos públicos e resultados alcançados.
- b) O orçamento-programa vincula a alocação de recursos a programas, objetivos e metas governamentais, o que permite maior racionalidade no uso dos recursos públicos.
- c) O orçamento de desempenho, que consiste em uma evolução do orçamento tradicional, busca associar os recursos alocados a programas e atividades, de forma a permitir a avaliação dos resultados alcançados pela administração pública.
- d) Segundo o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas públicas devem constar da LOA, admitindo-se, entretanto, a exclusão de fundos especiais, regidos por legislação própria.
- e) Conforme o princípio da exclusividade, a LOA não pode tratar de matérias estranhas ao orçamento, salvo autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que sem limites.

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Assinale a opção que apresenta a espécie de orçamento público em que todo ano são realizadas correções e atualizações dos valores das despesas do último exercício, mantendo-se a base do ano anterior.

- a) orçamento impositivo
- b) orçamento participativo
- c) orçamento base-zero
- d) orçamento autorizativo
- e) orçamento incremental

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** O orçamento tradicional

- a) é estruturado em unidades administrativas e elementos da despesa.
- b) é o elo entre os processos de planejamento e execução.
- c) considera aspectos administrativos e de planejamento em sua elaboração.
- d) possui classificação funcional-estruturada para alocação dos recursos.
- e) possui sistemas de indicadores para o seu acompanhamento.

# REDAÇÃO OFICIAL

## → DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, são atributos da redação oficial, entre outros,

- a) o vocabulário rebuscado e o uso do padrão culto da língua.
- b) a padronização e a linguagem burocrática.
- c) a clareza, a objetividade e a economia de pensamento.
- d) a pessoalidade e a formalidade.
- e) a concisão, a coesão e a coerência.

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República acerca do atributo da clareza, requisito básico de todo texto oficial, assinale a opção correta.

- a) A clareza é definida como a qualidade do texto que vai direto ao assunto a ser abordado, sem redundâncias e com hierarquização de ideias.
- b) O uso das expressões por cada e vez passada deve ser evitado em comunicações oficiais, pois elas formam cacófatos, expressões de duplo sentido que comprometem o atributo da clareza.
- c) A frase O chefe informou ao seu subordinado que ele havia feito um bom trabalho compromete o referido atributo por ser ambígua com relação ao referente do pronome pessoal “ele”.
- d) A clareza é definida como a qualidade atribuída ao texto que consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras, sem suprimir ideias fundamentais.
- e) A frase O período de férias do trabalhador recém-contratado é diferente do da trabalhadora mais antiga compromete o referido atributo devido à omissão indevida do termo “período”, essencial para a compreensão da frase.

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Assinale a opção em que são corretamente apresentados dois atributos da redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República.

- a) clareza e ornamentação
- b) objetividade e precisão
- c) tecnicidade e coesão
- d) padronização e aridez
- e) impessoalidade e conotação

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2025)** Para a obtenção da clareza nas comunicações oficiais, o Manual de Redação da Presidência da República recomenda, em regra, o emprego de

- a) frases longas, com bastante detalhamento, para o entendimento completo do assunto.
- b) jargão especializado.
- c) siglas sempre seguidas de seu significado.
- d) itálico em neologismos e regionalismos.
- e) palavras e expressões simples, em sentido comum.

## 5. (CEBRASPE-CESPE – 2024)

(...) o texto que consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras. Não se deve de forma alguma entendê-lo como economia de pensamento, isto é, não se deve eliminar passagens substanciais do texto com o único objetivo de reduzi-lo em tamanho. Trata-se, exclusivamente, de excluir palavras inúteis, redundâncias e passagens que nada acrescentem ao que já foi dito.

Brasil. Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Brasília – DF: Presidência da República, 2018.

O atributo da redação oficial a que se refere o fragmento de texto precedente é a

- a) coesão.
- b) impessoalidade.
- c) concisão.
- d) objetividade.
- e) formalidade.

## 6. (CEBRASPE-CESPE – 2024)

Julgue os itens a seguir, relativos à precisão e à clareza na comunicação escrita.

- I. A clareza deve ser a qualidade básica de todo texto oficial.
- II. O atributo da precisão caracteriza-se pela manifestação do pensamento ou da ideia com as mesmas palavras, evitando o emprego de sinônimia com propósito meramente estilístico.
- III. O emprego de palavras e expressões rebuscadas é uma das características do texto das comunicações oficiais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**7. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, nas redações oficiais, quem comunica é sempre

- a) uma autoridade responsável por secretaria, departamento, divisão, serviço ou seção do poder público.
- b) um órgão do Poder Executivo Federal.
- c) o serviço público.
- d) um servidor público.
- e) o agente público signatário do documento.

**8. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, o atributo segundo o qual a redação oficial deve ser elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos é denominado

# MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO  
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS  
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS  
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS  
NO INSS 2022



## GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira  
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)